

A POLÍTICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO E A SUA MERCANTILIZAÇÃO

Ana Luiza Moraes Barbosa¹
Laís Leni Oliveira Lima²

¹Universidade Federal de Jataí / ana.hayashi@discente.ufj.edu.br

²Universidade Federal de Jataí / lais_lima@ufj.edu.br

Resumo:

As políticas educacionais estão sofrendo com o desmonte das suas conquistas alcançadas, sendo necessário e importante refletir sobre as novas tendências da economia mundial e suas repercussões nas políticas públicas nacionais. A problemática que está colocada é se o processo de mercantilização da educação está ameaçando a qualidade de ensino e as oportunidades de acesso a população brasileira? O presente artigo, de cunho bibliográfico, tem como objetivo levantar e refletir os principais elementos de desvalorização da educação e problematizar as principais reflexões acerca do processo de mercantilização da Política de Educação. Compreender o neoliberalismo torna-se imprescindível, pois é por meio dessas compreensões que se pode resistir a proposta de mercantilização da educação e lutar por melhores condições educacionais. A possibilidade de superação desta realidade depende necessariamente da luta pela garantia da educação, como direito universal, sendo importante a mobilização da sociedade, com a participação de diferentes segmentos (não apenas educadores e educandos). Desta forma, seria possível pensar a educação com acessibilidade a todos e lutar pela superação do neoliberalismo e superar os impactos provocados pelo capitalismo.

Palavras-chave: Educação. Mercantilização. Política.

Introdução

Para abordar o tema das políticas públicas no Brasil, principalmente a Política Pública da Educação é importante refletir sobre as novas tendências da economia mundial e suas repercussões nas políticas públicas nacionais, sendo que esse movimento está ameaçando a qualidade de ensino e as oportunidades de acesso a população brasileira.

A questão que se coloca é se é possível que o auto-aprimoramento da democracia ocorra sem a participação eficiente de um estado que promova políticas públicas necessárias para garantir mais igualdade e distribuição de renda entre a população? Seria o modelo social-liberal realmente eficiente para garantir os direitos sociais de uma sociedade uma vez que se baseia no crescimento econômico e no livre mercado? Essencialmente, o Estado tem como papel e função à promoção da Política Pública da Educação e o acesso de toda

população à essa política, mas na prática, o estado não está conseguindo realizar essas funções. O presente artigo tem como objetivo levantar e refletir os principais elementos de desvalorização da educação e problematizar as principais reflexões acerca do processo de mercantilização da Política de Educação. O artigo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, pois envolveu leitura, seleção e registro de literatura sobre o tema, sendo uma pesquisa de caráter exploratória e qualitativa. As fontes bibliográficas foram periódicos científicos, como livros, artigos publicados e documentos oficiais.

A Política Pública Brasileira

As políticas públicas brasileiras transformaram-se nos últimos anos, sendo que as mudanças gerenciais contribuíram para o desmonte das suas conquistas alcançadas, entre esses desmontes está o processo de privatização, sendo que a Educação é uma das principais políticas afetadas. A Educação está perdendo sua essência e funcionalidade e tendo como principal fator a geração de lucro.

Para iniciar, é necessário resgatar o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, assinado por Fernando Henrique Cardoso e publicado em 1995. O referido documento defende a reforma do Estado, que deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, deixando de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. Desta forma, ocorre a descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995) focaliza sua atenção na administração pública federal, mas muitas das suas diretrizes e propostas podem também ser aplicadas no nível estadual e municipal. Defende que a reforma do Estado envolve múltiplos aspectos: o ajuste fiscal devolve ao Estado a capacidade de definir e implementar políticas públicas; a liberalização comercial, o Estado abandona a estratégia protecionista da substituição de importações; o programa de privatizações reflete a conscientização da

gravidade da crise fiscal e da correlata limitação da capacidade do Estado de promover poupança forçada das empresas estatais; transfere-se para o setor privado a tarefa da produção que, em princípio, este realiza de forma mais eficiente. Finalmente, transfere-se para o setor público não-estatal a produção dos serviços competitivos ou não-exclusivos de Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle.

Bresser-Pereira (2001) defende que a gestão pública, a fim de atender à demanda por eficiência, está se tornando mais autônoma e mais responsabilizável politicamente. Acredita que está surgindo um novo Estado porque está sendo exigido que a organização do Estado mude, se descentralize e terceirize atividades, a fim de atender à demanda por maior eficiência. Em vez de falar de administração pública, que era burocrática e se concentrava na eficácia do poder do Estado, fala-se hoje de gestão pública, o que pressupõe a eficácia e busca da eficiência do Estado. Alega que está surgindo um novo estado, desde o último quarto do século XX, e da nova gestão pública que se está impondo ou se tomando necessária. Para ele, num mundo em que a tecnologia muda tão rapidamente, onde o ritmo do desenvolvimento econômico tende a acelerar-se secularmente, e onde as relações econômicas e sociais tornam-se cada vez mais complexas, espera-se que as instituições políticas mudem. Assim, as três instâncias políticas que agem nas sociedades capitalistas modernas – a sociedade civil, o estado (organização e instituições e governo – deverão assumir novas formas, novos papéis, novos modos de relacionarem-se umas com os outros e, assim, produzir uma nova governança democrática.

Essa visão da nova Administração Pública, segundo Bresser-Pereira, provoca reflexão que ela está sendo apresentada com o objetivo de “salvar” a administração pública, como sendo a solução para a prática da administração. Além disso, essa nova Administração Pública questiona e tira as “responsabilidades políticas” das administrações. Mas é uma ilusão acreditar que podemos distinguir essas questões se estamos falando de uma democracia, onde todo o sistema político é composto por diferentes partidos e visões.

Sendo Gandin e Lima (2012), no que se refere ao contexto brasileiro, o tema do gerencialismo é crucial, uma vez que as políticas sociais estão cada vez mais próximas da lógica gerencial de mercado. O gerencialismo traz à cena novas relações entre o Estado e o

mercado, o que altera substancialmente a forma de conceber e implementar as políticas públicas.

Para Clarke e Newman (1997) apud Gandin e Lima (2012) o Estado passa a não ser mais o fornecedor de serviços, mas a ter principalmente um papel de gerenciador das políticas. Ocorrem, de forma simultânea, um encolhimento do estado e um alargamento de responsabilidades da sociedade civil.

Segundo Apple e Harvey (1989) apud Gandin e Lima (2012) é importante destacar que esse discurso adotado tem elementos que se conectam com a realidade vivida pelos indivíduos, ou seja, ele não é um discurso puramente falso, pois, durante o Estado de bem-estar social, parte da população, incluindo os grupos minoritários, criticava o Estado (e suas instituições públicas) por suas políticas sociais não serem suficientes para diminuir as desigualdades sociais e pelos direitos adquiridos serem limitados.

A Mercantilização da Educação

Gandin e Lima (2012) esclarecem que é possível analisar o Estado brasileiro pela lente do gerencialismo, contudo, é preciso estar atento para as particularidades brasileiras, que não permitem com que seja afirmado que o Estado brasileiro é puramente gerencialista. No Brasil, muitas vezes, a inserção da lógica do privado dentro do público acontece na noção de quase-mercado, pois, não existe necessariamente o parceiro privado, mas apenas a inserção da lógica do mercado na instituição pública. Como exemplo, pode-se citar as instituições escolares, principalmente, as avaliações. Sendo que delas foi inserida a lógica do mercado dentro das instituições escolares, marcadores empresariais para a noção de qualidade. As avaliações também estão circunscritas em novo papel para o Estado brasileiro que passou a ser um gerenciador das políticas públicas providas por outras instituições não-estatais.

Ball (2005) ressalta enorme dificuldade de usar de sensatez ao falar do profissionalismo atualmente, em virtude de como “redução metodológica, exagero retórico e excesso universalista” em que o constructo está inserido. O profissionalismo baseia-se em ambiguidade e pluralismo. Só tem significado com a moldura de uma racionalidade substantiva, e as tentativas de redefinir o profissionalismo de uma estrutura dominada pela

racionalidade técnica tornam esse termo sem sentido. Ao profissional cabe a responsabilidade por seu desempenho, mas não o julgamento sobre se esse desempenho é “correto” ou “apropriado”, apenas se satisfaz os critérios de auditoria. Os professores perderam a possibilidade de exigir respeito, exceto em termos de desempenho. Ficaram sujeitos a um discurso do ridículo e já não podem mais “falar por si mesmos” em debates públicos “sobre” sua prática (em vez de “pela” ou “na” educação).

Percebe-se que o objetivo das avaliações educacionais são mecanismos criados para reafirmar e divulgar os serviços e ideias defendidas por essas instituições, sendo que se perdeu a sua essência, que era mensurar e avaliar como os ensinamentos estavam sendo absorvidos pelos alunos. O seu mecanismo está voltado para as questões comerciais dos processos educacionais. Vale ressaltar que as próprias instituições controlam essas avaliações e assim podem avaliar e divulgar apenas as informações que julgam necessárias e reformam a ideia de efetividade daquela instituição. Tal mecanismo também é muito utilizado pelos governantes.

Para retomar a explanação das questões da reforma do Estado, Ball (2005) defende que o gerencialismo tem sido o mecanismo central da reforma política e da reengenharia cultural do setor público nos países do norte nos últimos 20 anos. O gerencialismo tem sido o principal meio pelo qual a estrutura e a cultura dos serviços públicos são reformadas. O gerencialismo desempenha o importante papel de destruir os sistemas ético-profissionais que prevaleciam nas escolas, provocando sua substituição por sistemas empresariais competitivos. Busca incutir performatividade na alma do trabalhador

Segundo Ball (2005), a performatividade é uma tecnologia, uma cultura e um método de regulamentação que emprega julgamentos, comparações e demonstrações como meios de controle, atrito e mudança. Os desempenhos de sujeitos individuais ou de organizações servem de parâmetros de produtividade ou de resultado, ou servem ainda como demonstrações de “qualidade” ou “momentos” de promoção ou inspeção. A performatividade é alcançada mediante a construção e publicação de informações e de indicadores, além de outras realizações e materiais institucionais de caráter promocional, como mecanismos para estimular, julgar e comparar profissionais em termos de resultados: a tendência para nomear, diferenciar e classificar.

Dessa forma, Ball (2005) alega que as tecnologias de política envolvem a utilização calculada de técnicas e artefatos para organizar forças humanas e capacidades em redes de poder funcionais. Vários elementos discrepantes estão inter-relacionados nessas tecnologias: incluindo formas arquitetônicas, relações de hierarquia, procedimentos de motivação e mecanismos de reformação ou terapia. As tecnologias da política de reforma do setor público não são meros veículos para as mudanças técnica e estrutural das organizações, mas são também mecanismos para reformar os profissionais do setor público, como os professores, ao mudar o significado do que é ser professor, assistente social ou enfermeiro.

Assim, Ball (2005) acredita que os professores acabam inseridos na performatividade pelo empenho com que tentam corresponder aos novos (e às vezes inconciliáveis) imperativos da competição e do cumprimento de metas. Os compromissos humanísticos do verdadeiro profissional – a ética do serviço – são substituídos pela teleológica promiscuidade do profissional técnico – o gerente. A eficácia prevalece sobre a ética; a ordem, sobre a ambivalência. Essa mudança na consciência e na identidade do professor apoia-se e se ramifica pela introdução, na preparação do professor, de formas novas de treinamento não intelectualizado, baseado na competência.

Para Ball (2005), nesse cenário de reforma, um complexo de discursos que se sobrepõem, agonísticos e antagonísticos, fervilham e se agitam em torno do assim chamado profissional de antigamente. Mas tudo isso pode ser reduzido, com um pouco de simplificação, a dois discursos. Um dominante e outro atualmente bastante subordinado.

A educação está sendo modificada por diferentes mecanismos que foram sendo implantados ao longo dos anos. E como consequência disso os professores estão sendo “moldados” e perdendo a verdadeira essência. O que se percebe é que existe uma “cobrança” para os professores se tornarem mais produtivos e competitivos entre si e que adaptem cada vez mais as tecnologias ao processo de ensino. Mas assim a essência ensino-aprendizagem está sendo prejudicada.

Para Robertson e Verger (2012) como consequência desse momento apresenta-se a expansão das parcerias público-privadas em educação (PPPE). Para melhor compreensão, deve-se resgatar a ideia das parcerias. Elas possuem uma base do liberalismo econômico, para

os neoliberais, o Estado é ineficiente e para os neoconservadores, o Estado é perpetuamente sobrecarregado por demandas levantadas por aqueles que não merecem atenção.

A expansão das parcerias público-privadas em educação está acontecendo no mundo todo, o seu movimento surgiu em consequência das questões econômicas e políticas. Cada vez mais a lógica mercantilista tem invadido as questões públicas e como decorrência percebe-se que autonomies públicas estão sendo perdidas. Outra questão é a dimensão social e suas desigualdades, pois a qualidade e efetividade da educação está ficando restringida, uma vez que, para haver acesso a uma educação com qualidade, é preciso ter muitos recursos financeiros.

Para Maués e Souza (2018) o mercado educacional é muito forte, ele mobiliza bilhões de dólares no mundo todo e isso atrai os grandes investidores para aplicar e multiplicar seus recursos financeiros nesse ramo, na lógica do capital, isto é, na busca de lucros e maior acumulação. Essa é uma realidade já presente no ensino superior desenvolvido no país. Pertinente à possibilidade de ampliação dos lucros, via a transnacionalização, parece ser um caminho que oferece grandes perspectivas aos empresários da educação que veem a abertura ao comércio exterior uma fonte inesgotável de possibilidade de riquezas materiais.

Outra questão trabalhada por Maués e Souza (2018) é que na medida em que a educação passou a ser considerada como um serviço, e o conhecimento reconhecido como uma força produtiva, a Educação Superior passou a representar uma alavanca para o desenvolvimento dos países e a ser considerada uma mercadoria importante. Além disso, a educação, enquanto mercadoria, precisa dar lucros, fazer subir as ações nas bolsas de valores, além de trazer para o país, onde essas instituições estão instaladas mudanças significativas no tocante à cultura, ao atendimento ao mercado, para garantir o retorno dos investimentos.

O que está posto por Maués e Souza (2018), de forma crítica, é a forma como a educação está sendo conduzida no mundo e principalmente no Brasil. Para os autores existe uma necessidade de gerar lucros, sendo que todas as estratégias pensadas são voltadas para esse objetivo. Desta forma, muitas estratégias estão sendo pensadas e implantadas com o intuito de cada vez mais captar alunos e criar mecanismos de facilitar para o aluno concluir o curso, gerando assim dados que vão divulgar a efetividade dessas ações.

Ball (2005) reflete a enorme dificuldade de usar de sensatez ao falar do profissionalismo atualmente, em virtude de como “redução metodológica, exagero retórico e excesso universalista” em que o constructo está inserido. Os professores perderam a possibilidade de exigir respeito, exceto em termos de desempenho. Ficaram sujeitos a um discurso do ridículo e já não podem mais “falar por si mesmos” em debates públicos “sobre” sua prática. Paralelamente e relacionado a isso, o gerencialismo desempenha o importante papel de destruir os sistemas ético-profissionais que prevaleciam nas escolas, provocando sua substituição por sistemas empresariais competitivos. Outra questão é que os professores acabam inseridos na performatividade pelo empenho com que tentam corresponder aos novos (e às vezes inconciliáveis) imperativos da competição e do cumprimento de metas.

Para Maués (s/d) as Reformas Educacionais poderão ter o papel não somente de realizar um ajuste no sistema social, de manter o equilíbrio, como podem servir de controle, na medida em que elas venham de cima para baixo, como é o caso em alguns países. Nesse sentido, a reforma na educação passa a ser compreendida em termos econômicos e políticos como instrumento usado pelo Estado para manter as bases de funcionamento do sistema de acumulação, na lógica da mudança de paradigma, o que reforça a tese da regulação social como controle.

Segundo Costa (1995) apud Maués (s/d) o processo de trabalho docente vem sofrendo profundas alterações em função das mudanças na base material da sociedade, resultante de esgotamento/surgimento de paradigmas, voltados para os objetivos de acumulação, buscando sempre formas que contribuam para tal. Essa dita revolução tecnológica exige uma nova forma de reestruturação do capital, para que o mesmo volte a atingir os níveis de lucro e acumulação esperados pelos proprietários dos meios de produção.

Para Mancebo (s/d) a principal consequência destas políticas, sem dúvida, encaminha-se no sentido da privatização do sistema de educação superior brasileiro, em especial, a universidade pública. Na realidade, as estratégias de privatização são propostas, não apenas como meio de ultrapassar a crise do Estado, mas também como solução considerada imperativa para o alcance de maior eficácia, performance e qualidade nas diversas instituições. Especificamente em relação à pesquisa, os critérios de prioridade podem ser substituídos por outros: "relevância econômica e perspectivas de lucros dos temas de

investigação; virtualidade destes para criarem novos produtos e processos; probabilidade de serem financiados por empresas sediadas na região da universidade", em síntese, a instrumentalização da ciência e da técnica em benefício dos mais aptos. As áreas de menor comerciabilidade como a das humanidades e das ciências sociais, correm o risco de marginalização.

Importante considerar que as reformas que o Estado Brasileiro vem realizando, tendo como ponto de partida a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, está trazendo grandes consequências, principalmente nas políticas educacionais. Está acontecendo um desmonte das conquistas atingidas, como a perda da qualidade educacional, a falta de acessibilidade, a desvalorização dos profissionais da área e a mercantilização da educação. Compreender essas questões envolvidas se torna imprescindível, pois é com as compreensões que se pode resistir a proposta de mercantilização da educação e lutar por melhores condições educacionais.

Gandin e Lima (2012) pontuam a importância de buscar construir um referencial teórico para a análise do estado contemporâneo e das políticas públicas, em especial aquelas destinadas à educação. Destacam a necessidade de compreender as mediações nacionais e também as negociações dos espaços institucionais microsociológicos. Pontuam que as políticas públicas não são fruto apenas das ideias que alicerçam o Estado e dos grupos hegemônicos que o compõem, o que significa dizer que elas não são implementadas de forma direta e sem nenhuma resistência nas escolas: há também a ação dos sujeitos que estão nas instituições escolares e que vão, em certa medida, reformular muitas dessas políticas. A análise de políticas públicas precisa considerar essas mediações se quer dar conta da complexidade da sua concepção, circulação e implementação.

A expansão das parcerias público-privadas em educação está acontecendo no mundo todo e não apenas no Brasil. O seu movimento surgiu em consequência das questões econômicas e políticas. O que é possível perceber é que cada vez mais a lógica mercantilista tem tomado das questões públicas e como consequência percebe-se que autonomias públicas estão sendo perdidas.

Outra questão importante de ser considerada é a dimensão social e suas desigualdades, onde a qualidade e efetividade da educação estão ficando restringida, pois para

ter acesso a uma educação com qualidade é preciso ter muitos recursos financeiros para financiá-los. Diante disso, o que se tem visto é que o acesso à educação de qualidade, com garantia de equidade, está cada vez mais ligada ao financeiro.

Considerações Finais

É com política e suas expressões, seja com as eleições e participação social que a vontade dos cidadãos é colocada. O debate político faz parte dos contextos que envolvem a sociedade civil, estado, governo, gestão pública e economia.

Sem dúvida, essa ideia nos provoca uma inquietação, pois é preciso pontuar as desigualdades sociais, econômicas, educacionais, culturais e políticas que o capitalismo gera como consequência. Assim, muitas pessoas não tem acesso aos bens de consumo e direitos enquanto cidadão. Diante disto, podemos argumentar que o capitalismo e a democracia andam em sentidos opostos. Enquanto a última preconiza o direito da população em vários âmbitos da eleição de seus representantes aos direitos constitucionais, o sistema capitalista valoriza a produção e reifica o lucro, favorecendo desigualdades e diferenças sociais, educacionais, dentre outras.

O que é importante considerar é que as questões que envolvem as desigualdades estão ligadas, sendo que é preciso pensar em todas as esferas, assim pode-se constituir serviços sociais e científicos mais eficientes e inclusivos.

O estado não tem controle dos seus serviços e que os servidores públicos estão focados em interesses pessoais, defendendo assim a ideia da terceirização para substituir o funcionalismo público. Mas ao terceirizar os serviços encontramos outros desafios, sendo que um deles pode ser o aumento ou até a perda do controle político dos serviços e recursos públicos, fortalecendo o processo de capitalização e desigualdade de acesso nos serviços.

Outra questão importante é que os cidadãos podem ser individualistas, e certamente não gostam de pagar impostos, mas contam com o estado para garantir seus direitos sociais.

É perceptível que Bresser-Pereira (2001) não está considerando todos os processos que envolvem essas questões, pois os direitos sociais são necessários e importantes para a sociedade e isso demanda recursos financeiros que são recebíveis da arrecadação dos

impostos, mas ao contribuir, o cidadão deseja ver clareza e resultados. Isto é um fato incontestável, ao nosso ver.

Esse argumento levantado por Bresser-Pereira rejeita as questões que envolvem as políticas públicas e o capitalismo, pois para se construir um aparelho público mais efetivo e produtivo outras questões precisam ser consideradas, como a criação de políticas públicas para todos os cidadãos, o acesso dos cidadãos a informações e a todos os serviços, a responsabilização de todos que estão envolvidos com os serviços públicos, inclusive os servidores que ocupam os cargos mais altos, nos poderes executivo, legislativo e judiciário, como presidência da república e ministérios. Além disso, a desigualdade econômica gerada pelo capitalismo precisa ser encarada e analisada e questionada, pois essas desigualdades geram outras e isto prejudica o avanço da sociedade como um todo, favorecendo a concentração de renda e de direitos com um percentual muito pequeno que contrapõe-se a uma maioria privada de direitos e oportunidades. O desenvolvimento de uma sociedade não pode se basear apenas nos índices de crescimento econômico, mas na qualidade de vida e acesso aos bens e direitos de toda a população garantindo oportunidades promissoras para as gerações atuais e vindouras. E para isso, o poder público precisa tomar consciência da sua responsabilidade e planejar as ações pensando no melhor para a população.

O Brasil está seguindo as novas tendências da economia mundial e as suas repercussões estão impactando fortemente as políticas públicas nacionais de forma negativa. Sendo que os direitos anteriormente conquistados, estão sendo desvalorizados e “esquecidos”. O que se destaca é e se torna mais grave é a falta de acesso da população brasileira à Educação com qualidade. Importante refletir que a possibilidade de superação desta realidade, de desigualdade imposta pelo capitalismo, depende necessariamente da luta pela garantia da educação, como direito universal, sendo importante a mobilização da sociedade, com a participação de diferentes segmentos (não apenas educadores e educandos). Desta forma, seria possível pensar a educação com acessibilidade a todos e lutar pela superação do neoliberalismo e superar os impactos provocados pelo capitalismo.

Referências

BALL, Stephen J. B. **Profissionalismo, gerencialismo e performatividade**. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

BRASIL. **Plano diretor de reforma do aparelho do estado – PDRAE**. 1995.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Uma nova gestão para um novo estado: liberal, social e republicano**. Rio de Janeiro: 2001.

MANCIBO, Deise. **Políticas para a educação superior e cultura universitária: o exercício da solidão no ideário neoliberal**. S/D.

MAUÉS, Olgaíses C. e SOUZA, Michele Borges de Souza. A transnacionalização e a expansão em educação superior. universidade federal do Pará. **Revista Educação em questão**. Natal: jan./mar.: 2018.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. **O trabalho docente no contexto das reformas**. S/D.

LIMA, Iana Gomes de e GANDIN, Luís Armando. Entendendo o estado gerencial e sua relação com a educação: algumas ferramentas de análise. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 69-84, jan./jun. 2012 Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>.

Palestra Stephen Ball: **Conferência de encerramento da 36ª Reunião Nacional da ANPED**, com o professor Stephen Ball (Inglaterra), realizada no dia 29 de setembro de 2014 em Goiânia (GO). Acesso em 15/05.2022. Disponível em: <https://youtu.be/0BJaDNA89vQ>.

ROBERTSON, Susan e VERGER, Antoni. **A origem das parcerias público-privada na governança global da educação**. Disponível em: <<<http://www.cedes.unicamp.br>>>. Campinas: 2012.